

PGR continua a ignorar pedido do CDD sobre suspeitas de ilegalidade e corrupção

- O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) submeteu, no dia 25 de Julho, à Procuradoria-Geral da República (PGR), um requerimento solicitando a abertura de um procedimento de fiscalização da legalidade relativamente à recente aquisição de tractores com atrelados para o transporte público de passageiros. Três meses após o pedido, a PGR mantém-se em silêncio face à solicitação do CDD.



Dos factos

No passado dia 16 de Julho, o Governo, por intermédio do Fundo de Transportes e Comunicações, iniciou a distribuição dos referidos tractores, tendo as primeiras unidades sido destinadas à província de Cabo Delgado. Trata-se de um projecto nacional de mobilidade rural que contempla a aquisição de 100 unidades, com um custo total de 650.000.000,00 meticais, ou seja, cerca de 6.500.000,00 meticais por unidade.

Ilegalidades

Apesar de a iniciativa ter sido publicamente apresentada como uma solução de mobilidade para zonas de difícil acesso, o CDD denuncia uma série de ilegalidades e omissões que podem comprometer a legalidade administrativa, a segurança pública e a dignidade da pessoa humana. O novo meio de transporte já circula transportando pessoas em condições precárias, sem ventilação adequada, protecção contra intempéries ou sistemas mínimos de segurança.

No plano jurídico, o CDD invoca a Constituição da República de Moçambique, que, no seu artigo 40, protege os direitos à vida, à integridade física e moral, e impõe ao Estado o dever de assegurar a segurança dos serviços públicos. Acrescenta ainda que o Código da Estrada e o Regulamento do Transporte em Automóveis proíbem expressamente o uso de veículos sem as condições estruturais e técnicas adequadas para o transporte de passageiros. Entre as dúvidas constitucionais e legais levantadas, destacam-se: a possível violação de normas específicas do transporte público; o desvio de finalidade na utilização de tractores agrícolas para transporte de pessoas; a ausência de



estudos técnicos e de impacto social sobre a medida e suspeitas de má gestão de recursos públicos, tendo em conta o elevado

custo de cada unidade adquirida e a falta de evidência sobre processos concorrenciais transparentes.

Corrupção

O fornecimento dos tractores e atrelados foi adjudicado à empresa MHL Auto Lda. O custo dos tractores adquiridos pelo Governo constitui um dos aspectos mais controversos de todo o processo. Cada unidade, incluindo o atrelado, custou cerca de **6.500.000,00 meticais**, um valor excessivamente elevado.

Para efeitos de comparação, tractores agrícolas com especificações semelhantes, importados de países como a Índia ou a China, custam¹ em média entre **1.500.000,00 e 3.000.000,00 meticais**, mesmo quando incluídos custos de transporte e impostos de importação. Esta discrepância levanta sérias dúvidas sobre a formação do preço, os critérios de selecção do fornecedor e a eventual existência de intermediários que possam ter inflacionado os custos.

Silêncio da PGR

O silêncio da PGR, um mês após o pedido, é preocupante, sobretudo num contexto em que alguns tractores já se encontram avariados, apesar do pouco tempo de uso, contrastando com a narrativa do Governo de que seriam meios apropriados para as zonas rurais.



¹ <https://www.facebook.com/watch/?v=731822889773753>



MISSÃO:
Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:
Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS Director: Prof. Adriano Nuvunga Editor: André Mulungo Autor: CDD Layout: CDD	
Contacto: Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo. Telefone: +258 21 085 797	 CDD_moz E-mail: info@cddmoz.org Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

